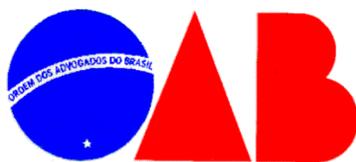


**ATENÇÃO:** Prova Prático-Profissional (Subjetiva) - 17 de Fevereiro de 2002, das 9 às 13 horas, devendo os aprovados comparecerem às 8 horas portando caneta azul ou preta e material de consulta, conforme edital.



**Prova Objetiva - III EXAME DE ORDEM / 2001  
2.12.01**

**ÉTICA, ESTATUTO E REGULAMENTO DA OAB**

1. Qual deverá ser a conduta recomendada pelo Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, caso um advogado que tenha colaborado para a validade de um ato jurídico seja consultado para patrocinar uma demanda contrária a esse ato? Assinale a alternativa correta.

- (a) As partes contratantes - advogado e cliente - devem combinar o preço dos honorários, considerando que a autoria do ato jurídico foi do advogado.
- (b) O advogado, se aceitar a causa, deve resguardar o segredo profissional e as informações privilegiadas que lhe tenham sido confiadas.
- (c) O advogado deve abster-se de patrocinar a causa.
- (d) As alternativas “a” e “b” estão corretas.

2. “ANDRÉ E LADEN ADVOCACIA E IMOBILIÁRIA oferece grande promoção: na compra de um imóvel, ganhe três meses de assistência jurídica gratuita. Aproveite, pois a promoção é por tempo limitado. Aceitamos, inclusive, cartão de crédito e cheque ‘pré’”. Considerando que a proposição acima é um anúncio publicitário, assinale a alternativa correta:

- (a) Deveria constar o nome do dono da imobiliária.
- (b) Este tipo de anúncio só é permitido em televisão.
- (c) A única violação ética que o anúncio acima contém é estar a divulgação em conjunto com outra atividade.
- (d) O anúncio, além da violação acima (item c), também viola a previsão legal que afirma serem vedadas referências a valores dos serviços, tabelas, gratuidade ou forma de pagamento.

3. Em caso de colidência entre a função pública do advogado e seu Ministério Privado, qual dos dois deverá prevalecer?

- (a) O Ministério Privado, já que o interesse maior é o do seu cliente.
- (b) O advogado deverá conduzir as coisas de forma que nenhuma das características prevaleça.
- (c) A pergunta não tem alternativa possível.

(d) Deverá prevalecer a função pública.

4. O síndico de um bloco de apartamentos localizado na Asa Norte, ao contratar um advogado para prestar serviços ao Condomínio, faz uma consulta à OAB/DF indagando se o advogado estará impedido de ajuizar ações contra os condôminos. Responda, apontando a alternativa correta.

- (a) A OAB/DF, por meio de seu Tribunal de Ética, não poderá conhecer da consulta.
- (b) A consulta será conhecida e sua resposta considerará que não há nenhum impedimento para o advogado patrocinar interesses do Condomínio contra os próprios condôminos.
- (c) A consulta será conhecida e a resposta será no sentido de que o advogado não poderá patrocinar demandas em nome do condomínio contra os condôminos.
- (d) A consulta será conhecida e a resposta dirá que o advogado só poderá demandar contra condômino que não for proprietário.

5. Um determinado advogado que tem sob sua responsabilidade um estagiário, determina a ele que elabore uma petição de juntada de documentos, subscreva-a e a entregue no Cartório da respectiva Vara. O juiz, ao despachar a petição, deverá se posicionar da seguinte maneira:

- (a) Mandará que a petição seja assinada, também, pelo advogado.
- (b) Deve mandar juntar os documentos.
- (c) Determinará que a petição seja assinada somente pelo advogado.
- (d) N.D.A.

6. O gerente de uma agência bancária, ao se formar em Direito, pretende se inscrever como advogado na OAB. Pode-se dizer que:

- (a) O gerente só poderá se inscrever se a instituição bancária for particular.
- (b) O gerente não poderá se inscrever porque sua atividade é incompatível com a advocacia.
- (c) O gerente poderá se inscrever com o impedimento de advogar contra a instituição bancária.
- (d) O gerente poderá se inscrever sem nenhuma restrição.

7. Um advogado substabelece seu mandato sem reservas de poderes, deixando de comunicar a seu cliente sobre o ato. Na procuração, este ato estava condicionado ao prévio consentimento do mandante. Pergunta-se: qual será a sanção para esta infração?

- (a) Censura.
- (b) Suspensão.
- (c) Exclusão.
- (d) Exclusão e multa.

8. O Presidente de um Conselho Seccional da OAB identifica que a Caixa de Assistência dos Advogados está descumprindo suas finalidades e submete ao Conselho a proposta de intervenção na Caixa. Pergunta-se:

- (a) A intervenção depende dos votos de 1/3 dos membros do respectivo Conselho da Seccional.
- (b) A intervenção não depende de *quorum*.

(c) A intervenção depende do voto de 2/3 dos membros do Conselho da Seccional respectiva.

(d) A Seccional não poderá intervir.

9. I - A OAB não mantém com órgãos da Administração Pública qualquer vínculo funcional ou hierárquico.

II - Compete privativamente à OAB realizar o exame de ordem.

III - O processo disciplinar tem dois relatores, um na fase de instrução e outro, diferente, para proferir o voto.

IV - O recurso de suspensão preventiva não tem efeito suspensivo.

(a) todos os itens estão errados;

(b) todos os itens estão certos;

(c) somente os itens I, II e IV estão certos;

(d) somente o item III está certo.

10. I - A consulta feita ao Tribunal de Ética tem um revisor.

II - A idoneidade moral é um dos pressupostos para a inscrição como advogado.

III - O item XIX do art. 7º do Estatuto - “recusar-se a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deve funcionar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou foi advogado, mesmo quando autorizado ou solicitado pelo constituinte, bem como sobre fato que constitua sigilo profissional” - é a confirmação de que o sigilo profissional é um direito e um dever do advogado.

IV - O advogado tem imunidade profissional, não constituindo injúria ou difamação qualquer manifestação sua no exercício de sua atividade.

(a) todas as alternativas estão erradas;

(b) somente o item IV está certo;

(c) todas as alternativas estão certas;

(d) somente o item III está certo.

### **PROCESSO CIVIL / DIREITO CIVIL**

11. Assinale a opção incorreta:

(a) Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

(b) Direito objetivo é a norma jurídica; o direito subjetivo, a faculdade jurídica.

(c) Ao ingressar no mundo jurídico, a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a anterior mesmo que não declare expressamente.

(d) A lei revogada, salvo disposição em contrário, não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

12. Destaque a afirmação correta:

(a) Em situações excepcionais, a lei não distingue entre nacionais e estrangeiros quanto à aquisição e ao gozo dos direitos civis.

- (b) Na proteção que o Código Civil confere aos incapazes se compreende o benefício de restituição.
- (c) A teoria existencialista adotada pelo Código Civil se inspira na regra de que a personalidade civil do homem começa do nascimento com vida, ressaltados, contudo, os direitos do nascituro, desde a concepção.
- (d) Registra-se no Registro Civil de Pessoas Naturais a emancipação por outorga do pai ou mãe, bem como por sentença judicial.

13. Encontra-se errada a letra:

- (a) Chama-se deferido o direito futuro, quando sua aquisição pende somente do arbítrio do sujeito; não deferido, quando se subordina a fatos ou condições fálveis.
- (b) Nas declarações de vontade, valoriza-se mais a intenção que o sentido literal da linguagem.
- (c) Se o ato doloso teve o concurso de ambas as partes, nenhuma delas pode invocá-lo, para anulá-lo ou reclamar indenização.
- (d) Veda-se a condição resolutiva tácita da obrigação, haja vista que a ordem jurídica contempla apenas a expressa, que se opera de pleno direito.

14. Marque a opção certa:

- (a) Feito e assinado, ou somente assinado por quem esteja na disposição e administração livre de seus bens, o instrumento particular, desde que subscrito por duas testemunhas, prova as obrigações convencionais independentemente do valor e produz efeitos em relação a terceiros, após o reconhecimento de firma dos subscritores.
- (b) menor, entre dezesseis e vinte e um anos, equipara-se ao maior quanto às obrigações resultantes de atos ilícitos, em que for culpado.
- (c) Em nome da garantia e segurança das relações jurídicas, a prescrição é irrenunciável.
- (d) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros, se o objeto da obrigação for divisível.

15. Em conformidade com as premissas formuladas sobre o casamento, assinale falso ou verdadeiro e, em seguida, aponte a resposta correta:

**I** - A separação judicial põe termo aos deveres de coabitação, fidelidade recíproca e ao regime matrimonial de bens, e dissolve o casamento válido.

**II** - Para o casamento dos maiores de 18 anos e menores de 21 anos, prescinde-se do consentimento de ambos os pais.

**III** - O regime dos bens entre os cônjuges começa a vigorar desde a data do casamento, momento a partir do qual sofre a influência do princípio da imutabilidade, razão por que é irrevogável.

**IV** - No regime da separação total de bens, o marido ou a mulher pode, independentemente do consentimento do cônjuge, alienar imóvel auferido antes do casamento, porque, na hipótese, o bem não se comunica.

**V** - No regime da comunhão universal de bens, excluem-se da comunhão as dívidas anteriores ao casamento, salvo se provierem de despesas com seus aprestos, ou reverterem em proveito comum.

**VI** - No regime da comunhão parcial de bens, não se comunicam os bens que cada cônjuge possuir ao casar, mas se lhe incluem os bens que sobrevierem na constância do matrimônio, por doação ou sucessão, independentemente dos respectivos valores.

- (a) V - F - V - V - V - V .
- (b) F - V - F - V - F - V.
- (c) V - F - F - F - V - F.
- (d) F - F - V - F - V - F.

16. Em conformidade com as assertivas formuladas sobre filiação, parentesco e alimentos, assinale falso ou verdadeiro e, em seguida, aponte a resposta correta:

**I** - Cabe, privativamente, ao marido o direito de contestar a legitimidade dos filhos nascidos de sua mulher, no prazo prescricional de quatro meses.

**II** - Os filhos do tio em relação ao sobrinho são parentes em quarto grau na linha reta.

**III** - O filho maior não pode ser reconhecido sem o seu consentimento, salvo se a ação for proposta pelo Ministério Público; o menor pode impugnar o reconhecimento, no prazo de quatro anos que se seguiram à maioridade, ou emancipação.

**IV** - A filiação paterna e a materna podem resultar de casamento declarado nulo, ainda mesmo sem as condições do putativo.

**V** - O direito a alimentos tem características de irrenunciabilidade, inalienabilidade, reciprocidade, irrepetibilidade e impennhorabilidade.

**VI** - Sempre que no exercício do pátrio poder colidirem os interesses dos pais com os dos filhos, a requerimento deste ou do Ministério Público, o juiz lhe dará curador especial.

- (a) F - F - F - V - V - V.
- (b) V - V - V - F - F - F.
- (c) V - V - F - V - F - V.
- (d) V - F - V - F - V - F.

17. Examinados os institutos da posse e da propriedade, marque as proposições falsas ou verdadeiras e, em seguida, escolha a resposta correta:

**I** - Considera-se, também, possuidor direto aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.

**II** - O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de esbulho; restituído, na hipótese de turbação.

**III** - O possuidor de boa-fé poderá exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias e úteis.

**IV** - Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas somente as benfeitorias necessárias, sem que se lhe tutele o direito de retenção pela importância que elas representam.

**V** - Considera-se plena a propriedade, quando todos os seus direitos elementares se acham reunidos no do proprietário; limitada, quando têm ônus real, ou é resolúvel.

**VI** - Para efeito de usucapião, o possuidor pode somar à sua posse o tempo da posse do seu antecessor, contanto que ambas sejam contínuas e pacíficas.

- (a) F - V - V - F - F - F.
- (b) V - V - F - V - V - F.
- (c) F - F - V - V - V - V.
- (d) V - F - F - F - F - V.

18. Após a leitura das assertivas abaixo lançadas, destaque o conjunto correto:

**I** - As rendas expressamente constituídas sobre imóveis constituem direitos reais.

**II** - Nas dívidas garantidas por penhor, anticrese ou hipoteca, a coisa dada em garantia fica sujeita, por vínculo pessoal, ao cumprimento da obrigação.

**III** - É nula a cláusula que autoriza o credor pignoratício, anticrético, hipotecário ou o proprietário fiduciário a ficar com a coisa dada em garantia, na hipótese em que a dívida não for paga no seu vencimento.

**IV** - Faculta-se ao dono do imóvel hipotecado constituir sobre ele, mediante novo título, outra hipoteca, em favor do mesmo, ou de outro credor.

**V** - São suscetíveis do contrato de hipoteca os navios, ainda que em construção.

**VI** - O dano de uma servidão tem o direito a fazer todas as obras necessárias à sua conservação e uso.

- (a) F - F - V - F - V - V .
- (b) F - V - F - V - F - F.
- (c) V - F - V - V - V - V.
- (d) V - V - F - F - F - F .

19. Pousando-se os olhos sobre o Direito das Obrigações e Contratos, selecione as proposições falsas ou verdadeiras e, em seguida, escolha a resposta correta:

**I** - Nas obrigações alternativas, a escolha compete ao credor, à falta de outra estipulação.

**II** - Na solidariedade ativa, cada um dos credores tem o direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação, por inteiro, mas aquele que tiver remitido a dívida ou recebido o pagamento responderá aos outros pela parte, que lhes caiba.

**III** - O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar e sub-roga-se nos direitos do credor.

**IV** - Importa exoneração do fiador a novação feita sem seu consenso com o devedor principal.

**V** - A responsabilidade civil é independente da penal, de tal sorte que é defeso renovar a discussão sobre a existência do fato ou sobre quem seja o autor, quando já se acharem resolvidas e decididas na esfera criminal.

**VI** - Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.

- (a) F - V - F - V - V - V.
- (b) V - V - F - F - V - F.
- (c) V - F - V - V - F - V.
- (d) F - F - V - F - V - V .

20. Sobre direito de sucessões, observe as assertivas e, em seguida, destaque a resposta correta:

**I** - Não havendo herdeiros da classe dos descendentes, são chamados à sucessão os ascendentes.

**II** - Considera-se testamento o ato irrevogável pelo qual alguém, de conformidade com a lei, dispõe, no todo ou em parte, do seu patrimônio, para depois de sua morte.

**III** - Pode o pai fazer a partilha, por ato entre vivos ou de última vontade, desde que se preserve a legítima dos herdeiros necessários.

**IV** - Consideram-se testamentos ordinários: o público, o cerrado e o particular.

**V** - A sucessão legítima defere-se na seguinte ordem: 1) aos descendentes; 2) ao cônjuge sobrevivente; 3) aos ascendentes; 4) aos colaterais; e 5) aos Municípios, ao Distrito Federal ou à União.

**VI** - O direito de representação dá-se na linha reta descendente, mas nunca na ascendente.

- (a) V - V - V - F - V - F .
- (b) V - V - V - F - F - V .
- (c) F - F - F - V - V - F .
- (d) V - F - V - V - F - V .

21. Escolha a alternativa certa, com base nas seguintes afirmações:

**I** - É absolutamente correto dizer que todo juiz tem jurisdição, função do Estado de compor conflitos de interesses, mas nem todo juiz dispõe de competência para conhecer e decidir de todas as ações.

**II** - Processo é o conflito de interesses qualificado por uma pretensão resistida.

**III** - A lide é o complexo de operações por meio das quais se resolve o processo.

**IV** - O sistema judiciário brasileiro adotou o tipo unitário, preservado pela Constituição Federal de 1988, em conformidade com o princípio *una lex una jurisdictio*, razão por que repousa na competência do Poder Judiciário o monopólio da outorga da prestação jurisdicional.

**V** - Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, mas, no caso da substituição processual, o substituto processual se legitima para agir em juízo, na condição de autor ou réu, em nome próprio, na defesa de direito que pertence a outrem, em arrimo na legitimação chamada de extraordinária.

**VI** - A legislação processual brasileira reconhece, em caráter excepcional, a capacidade processual de entes despersonalizados, conferido-lhes personalidade judiciária, para serem partes ou intervenientes.

- (a) F - V - V - V - V - F .
- (b) V - V - F - F - F - V .
- (c) V - F - F - V - V - V .
- (d) F - F - V - F - F - F .

22. Selecione a resposta certa, de acordo com as proposições seguintes:

**I** - Capacidade postulatória e capacidade processual se confundem, haja vista que significam a mesma aptidão que qualifica a parte para exercer um direito processual, de origem no direito material.

**II** - A capacidade postulatória constitui imperativo legal, indispensável, por conseguinte, na relação processual

**III** - As condições da ação são a possibilidade jurídica do pedido, legitimidade das partes e interesse de agir, à falta de uma das quais se extingue o processo com julgamento de mérito.

**IV** - Em conformidade com a tutela jurisdicional pretendida, apresenta-se correta a afirmação segundo a qual as ações se classificam em ações de conhecimento - em que se agrupam as ações declaratórias, ações condenatórias e ações constitutivas -, ações executivas e ações cautelares.

**V** - Os prazos peremptórios são improrrogáveis.

**VI** - Indeferida a petição inicial, o autor poderá agravar, facultando-se ao juiz, no prazo de quarenta e oito horas, reformar sua decisão.

(a) F - F - V - V - V - F.

(b) F - F - F - V - V - F.

(c) V - V - V - F - F - V.

(d) F - F - F - V - F - F.

23. Com base nas afirmações seguintes, assinale a resposta correta:

**I** - Ao antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, se presentes os pressupostos que a lei exige, o juiz, a requerimento da parte, exerce uma tutela antecipatória, mediante a qual se assegura a viabilidade da realização de uma pretensão futura, posto que conserva o resultado útil do processo.

**II** - No processo sumário, aceita-se que o réu, na contestação, formule pedido em seu favor contra o autor, desde que fundado nos mesmos fatos referidos na inicial.

**III** - A regra do ônus da impugnação especificada dos fatos, ao qual se sujeita o réu, não se aplica ao advogado dativo, ao curador especial, ao órgão do Ministério Público e ao representante judicial da União.

**IV** - Pelo princípio da imparcialidade ou neutralidade, veda-se ao juiz a formulação de quesitos na produção da prova pericial, competindo-lhe indeferir os impertinentes.

**V** - A coisa julgada é material quando não mais se pode discutir no processo o que se decidiu, e, doutro lado, a coisa julgada formal é a que impede discutir-se, noutro processo, o que se decidiu.

**VI** - A apelação devolve ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada, mas serão objeto de apreciação e julgamento todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que a sentença não as tenha julgado por inteiro.

(a) F - V - F - F - F - V.

(b) F - V - V - F - V - F.

(c) V - F - F - V - F - F.

(d) V - F - V - V - F - V.

24. Escolha a resposta certa, após a análise das afirmações abaixo:

**I** - A sentença deve ser certa, ainda quando decida relação jurídica condicional.

**II** - A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, faz coisa julgada.

**III** - Admite-se a prova testemunhal para, nos contratos simulados, provar a divergência

entre a vontade real e a vontade declarada, e, também, para, nos contratos em geral, provar os vícios de consentimento.

**IV** - Há confissão quando a parte admite a verdade de um fato, contrário a seu interesse e favorável ao adversário, situação mediante a qual ela se hierarquiza, no contexto probatório, na presunção absoluta de veracidade do fato, inferiorizando as demais provas.

**V** - Admite-se ação rescisória contra sentença transitada em julgado, ainda que contra ela não se tenham esgotado todos os recursos.

**VI** - São imprescritíveis as ações de investigação de paternidade e de petição de herança.

(a) V - F - V - F - V - F.

(b) V - F - F - V - F - V.

(c) F - V - V - V - V - F.

(d) F - V - F - V - F - V.

25. Selecione a resposta certa, após o exame das afirmações abaixo:

**I** - É lícito ao credor, sendo o mesmo devedor, cumular várias execuções, ainda que fundamentadas em títulos diferentes, desde que para todas elas seja competente o juiz e idêntica a forma do processo.

**II** - A sentença penal condenatória, transitada em julgado, constitui título executivo judicial, hábil a forrar execução no processo civil.

**III** - O juiz não pode autorizar a alienação antecipada do bem penhorado, antes de julgar os embargos de devedor opostos.

**IV** - À falta de outros bens, podem ser penhorados as imagens e objetos do culto religioso, sendo de grande valor.

**V** - A propositura de ação em que se pretenda discutir o débito constante do título executivo inibe o credor de promover a execução.

**VI** - A citação do réu, na liquidação por arbitramento e na liquidação por artigos, far-ser-á na pessoa de seu advogado, constituído nos autos

(a) V - V - F - V - F - F.

(b) F - F - F - F - V - F.

(c) F - F - F - F - V - V.

(d) V - V - F - V - F - V.

26. Aponte a resposta certa, após o exame das afirmações abaixo:

**I** - Na ação de consignação em pagamento, se o réu alegar que o depósito não integral, é lícito ao autor completá-lo, no prazo de dez dias, salvo se corresponder a prestação cujo inadimplemento acarrete a rescisão do contrato.

**II** - Em ação possessória, é lícito ao réu, na contestação, sob a alegação de que foi ofendido em sua posse, demandar a proteção possessória e a indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho cometido pelo autor.

**III** - Os embargos de terceiro podem ser opostos a qualquer tempo no processo de conhecimento enquanto não transitada em julgada a sentença, e, no processo de execução, até cinco dias depois da arrematação, adjudicação ou remição, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta.

**IV** - A ação monitória compete a quem pretender, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, bem como entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel ou imóvel, de pequeno valor.

**V** - Em sede de mandado de segurança, considera-se coatora, em se tratando de ato administrativo complexo, a autoridade que o aprova e não a que o inicia.

**VI** - Na execução fundada em título executivo judicial, os embargos manejados pelo devedor poderão versar sobre qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação com execução aparelhada, transação ou prescrição, desde que superveniente à sentença.

- (a) F - F - V - V - V - V.
- (b) V - V - V - V - F - V
- (c) V - V - V - F - V - V.
- (d) F - F - F - V - F - F .

27. Escolha a resposta certa, após a análise das afirmações abaixo:

**I** - O escopo do processo cautelar consiste em garantir o resultado útil do processo principal, razão por que se diz que, na tutela cautelar, há referibilidade a um direito acautelado.

**II** - A tutela cautelar é espécie do gênero tutela urgente.

**III** - Ainda que a causa principal penda de julgamento no tribunal, processar-se-á no primeiro grau de jurisdição o pedido de alimentos provisionais.

**IV** - Efetivada a medida cautelar, compete à parte propor, no prazo improrrogável de 30 dias, a ação principal, contados da decisão concessiva da cautela.

**V** - O vencido na cautelar fica desonerado de honorários advocatícios se os tiver também suportado na ação principal em que for sucumbente, haja vista que o instituto da sucumbência é estranho ao processo cautelar, sob pena de dupla condenação do litigante.

**VI** - A ação de prestação de contas compete tanto a quem teve o direito de exigir-las quanto a obrigação de prestá-las

- (a) V - V - V - F - F - V.
- (b) F - V - F - F - V - V .
- (c) V - F - V - V - V - F.
- (d) F - V - F - F - F - F.

28. Assinale a alternativa errada sobre os pressupostos de cabimento do Recurso Especial:

- (a) A existência de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça favorável ao recorrente não é o bastante para que seu recurso especial seja conhecido.
- (b) A prova da existência de decisão divergente, para efeito de demonstração do dissídio

jurisprudencial, deve ser feita por cópia autenticada do acórdão paradigma ou indicação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, em que tiver sido publicada essa decisão divergente, não se prestando, para tal fim, as publicações do Diário da Justiça.

- (c) A demonstração de dissídio jurisprudencial deve necessariamente ser feita de forma analítica, com transcrição dos trechos de divergência entre os acórdãos recorridos, e paradigma e confrontação das teses opostas.
- (d) Constitui uma das hipóteses de cabimento do recurso especial, na forma da Constituição, a contrariedade ou negativa de vigência a dispositivo de lei federal ou estadual pelo acórdão recorrido.

29. Assinale a alternativa incorreta acerca do Recurso Extraordinário:

- (a) As causas decididas em única ou última instância podem ser objeto de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal mediante recurso extraordinário, quando contrariarem dispositivo da Constituição, declararem a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal ou julgarem válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição.
- (b) A violação a texto da Constituição pela via reflexa se dá quando é necessário verificar a contrariedade de norma infraconstitucional antes da verificação de contrariedade ao texto constitucional, hipótese em que se admite o processamento do recurso extraordinário para julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.
- (c) Quando interpostos simultaneamente os recursos especial e extraordinário, este será processado e julgado após o julgamento daquele.
- (d) Prequestionamento significa necessidade de pronunciamento explícito do tribunal de origem sobre a tese jurídica invocada no recurso extraordinário.

30. Assinale a alternativa incorreta sobre Embargos Infringentes:

- (a) Os embargos infringentes devem ser opostos no prazo de dez dias;
- (b) É permitida a participação do relator da decisão atacada pelos embargos infringentes no julgamento desse recurso pelo tribunal;
- (c) Da decisão que não admitir os embargos infringentes cabe agravo, que será julgado pelo órgão que seria competente para julgar os próprios embargos;
- (d) Quando for parcial o desacordo da decisão não unânime, os embargos infringentes devem versar apenas sobre a matéria objeto da divergência.

### **DIREITO PENAL/ PROCESSUAL PENAL**

31. O conflito de leis penais que se sucedem resolve-se sempre pelo princípio da retroatividade ou ultratividade da *lex mitior*. Sobre essa proposição é correta a afirmativa:

- (a) Se a lei posterior deixa de considerar crime determinado fato, dá-se a *abolitio criminis*, cessando os efeitos civis e penais advindos da aplicação da lei anterior.
- (b) Se a lei posterior, mantendo a incriminação do fato, beneficia o agente, aplica-se mesmo se já houver sentença definitiva.
- (c) Se a nova lei torna privada a anterior ação pública, aplica-se, de imediato, da seguinte forma: se ainda não iniciada a ação penal, será indispensável a queixa; se já iniciada, prosseguirá o Ministério Público como titular da ação penal com a assistência da parte ofendida.

(d) A lei que incrimina fato anteriormente lícito sempre retroage.

32. O Código Penal dita determinadas regras gerais sobre assuntos que, muitas vezes, são tratados por outras leis. Exemplos de tais assuntos são o tóxico, a execução penal, a imprensa, a economia popular, a responsabilidade de prefeitos e vereadores, bem como outros que dispensam citação. Tal hipotética contradição se traduz no “conflito aparente de normas”, que, no nosso caso, será solucionado pela preponderância de um dos princípios abaixo:

- (a) absorção;
- (b) especialidade;
- (c) alternatividade;
- (d) subsidiaridade;

33. A extraterritorialidade de lei brasileira dá-se segundo um duplo critério: em certos casos, incondicionalmente; em outros, mediante a verificação de determinadas condições. São casos de exclusiva extraterritorialidade incondicionada:

- (a) genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil; os crimes praticados contra a vida ou liberdade do Presidente da República.
- (b) os crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir, os crimes contra o patrimônio ou a fé pública da União.
- (c) os crimes contra o patrimônio do Estado e dos Municípios; os crimes praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada.
- (d) os crimes contra o patrimônio ou a fé pública da União; os crimes praticados por brasileiros no estrangeiro.

34. No caso de prática do crime de violação de domicílio como meio para a prática de furto, resolve-se o conflito aparente de normas com a aplicação do princípio da

- (a) alternatividade.
- (b) consunção.
- (c) especialidade.
- (d) subsidiariedade.

35. Nos crimes de ação penal privada

- (a) não poderá ser instaurado inquérito policial.
- (b) o inquérito policial tem início mediante requerimento do ofendido ou de seu representante legal.
- (c) o inquérito policial somente tem início mediante requerimento do representante legal do ofendido.
- (d) o inquérito policial poderá ser instaurado a qualquer tempo, antes da ocorrência da prescrição.

36. A existência de perigo atual é requisito indispensável para o reconhecimento

- (a) da legítima defesa simples.
- (b) da legítima defesa putativa.
- (c) da extinção de punibilidade.

(d) do estado de necessidade.

37. Para o reconhecimento do arrependimento posterior e conseqüente causa de diminuição da pena é indispensável que a reparação voluntária ocorra

- (a) até a prolação da sentença condenatória.
- (b) antes da sentença condenatória transitar em julgado.
- (c) antes do recebimento da denúncia ou queixa.
- (d) durante a tramitação do inquérito policial.

38. A retratação, nos crimes contra a honra, é cabível

- (a) na injúria e calúnia.
- (b) na difamação e injúria.
- (c) na injúria, calúnia e difamação.
- (d) na calúnia e difamação.

39. Durante um julgamento pelo Tribunal do Júri, um dos jurados, percebendo a distração dos circunstantes, subtrai a arma do crime para presentear o seu enteado. Assim praticou o crime de

- (a) apropriação indébita;
- (b) furto simples;
- (c) peculato;
- (d) furto qualificado.

40. Se o funcionário público, ainda que fora de seu ofício, insere, a pedido de amigo, em documento público a que ajudou a redigir, declaração falsa com o fim de beneficia-lo, alterando a verdade sobre fato relevante e em prejuízo de terceira pessoa, comete crime de

- (a) falsificação de documento público;
- (b) falsidade ideológica;
- (c) prevaricação;
- (d) corrupção passiva.

41. Consoante o disposto no artigo 327 do Código Penal, considera-se funcionário público, para efeitos penais

- (a) diretor jurídico de sociedade anônima;
- (b) diretor de sociedade anônima de economia mista, da qual a União detém o controle acionário;
- (c) diretor de associação de funcionários da empresa;
- (d) advogado contratado para patrocinar os interesses de empresa estatal em determinada causa;

42. Paulo, movido por um sentimento altruísta, assume a autoria de um crime de atropelamento de pedestre, cometido por sua namorada Lúcia, dando origem à abertura de inquérito policial sobre o fato. Qual o crime praticado, em tese, por Paulo?

- (a) favorecimento pessoal privilegiado.

- (b) comunicação falsa de crime.
- (c) auto-acusação falsa.
- (d) denúncia caluniosa.

43. As condições da ação penal são

- (a) possibilidade jurídica do pedido, interesse de agir e legitimidade de agir .
- (b) possibilidade jurídica do pedido, jurisdição e acusação.
- (c) possibilidade jurídica do pedido, jurisdição e competência.
- (d) jurisdição, competência, acusação e defesa.

44. O não-exercício do direito de queixa nos crimes de ação privada, no prazo de seis meses, acarreta

- (a) preempção.
- (b) decadência.
- (c) inépcia da denúncia.
- (d) prescrição.

45. A representação nos crimes contra os costumes

- (a) pode ser feita pela vítima ou por seu representante legal. Independe de qualquer formalismo, bastando que o seu autor revele a vontade inequívoca de processar o ofensor. Pode ser dirigida ao Ministério Público, à autoridade policial ou ao Juiz de Direito que a encaminhará a quem de direito.
- (b) deve ser feita por procurador com poderes especiais, não depende de formalismos processuais e deve ser dirigida à autoridade policial.
- (c) só é válida quando feita em juízo, por procurador devidamente constituído, dotado de poderes especiais, em obediência às formalidades e exigências dos arts. 41 e 44 do Código de Processo Penal.
- (d) Exige apenas que o seu autor revele o ânimo sério e inequívoco de processar o ofensor e deve ser dirigida ao Ministério Público.

46. Assinale a assertiva correta:

- (a) a falta do pedido de condenação nas alegações finais é causa de preempção da ação penal.
- (b) é admissível a correição parcial em relação a um despacho em que haja previsão de outro recurso específico.
- (c) o assistente do Ministério Público tem legitimidade para postular desaforamento.
- (d) o inquérito policial é imprescindível para oferecimento da denúncia.

47. A “retratação”, como causa extintiva da punibilidade, só é cabível nos crimes

- (a) de injúria, calúnia e difamação.
- (b) de falso testemunho e falsa perícia.
- (c) exclusivamente de ação penal privada.
- (d) de calúnia, difamação e falso testemunho.

48. São imprescritíveis, segundo a Constituição Federal,
- (a) os crimes hediondos.
  - (b) os crimes de racismo e os referentes à ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático.
  - (c) os crimes de genocídio e os crimes hediondos.
  - (d) os crimes de genocídio e de racismo, e os crimes hediondos.
49. A prescrição retroativa, advinda da pena concretamente imposta na sentença condenatória,
- (a) é da pretensão punitiva.
  - (b) é da pretensão executória.
  - (c) é da condenação.
  - (d) só pode ter termo inicial em data posterior à do recebimento da denúncia.
50. Matar alguém sob o domínio de violenta emoção, logo após injusta provocação da vítima, caracteriza
- (a) legítima defesa.
  - (b) homicídio privilegiado.
  - (c) estado de necessidade.
  - (d) exercício regular de direito.

#### DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO

51. A Carteira de Trabalho e Previdência Social é um documento:
- (a) de uso obrigatório para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural;
  - (b) dispensável se o contrato de trabalho for ajustado com empregado doméstico;
  - (c) dispensável se o empregado for inserido em atividades empresariais de caráter transitório;
  - (d) dispensável se o contrato de trabalho for ajustado por prazo de experiência.
52. Certa sociedade mercantil teve todo o capital social transferido. Os novos sócios fizeram constar da alteração do contrato social cláusula que os eximia de responsabilidade por obrigações trabalhistas e fiscais anteriores. Antes dessa mudança, havia transitado em julgado ação trabalhista contra a empresa, então em fase executória. Diante disso:
- (a) empregado autor deverá chamar para integrar a lide os sócios antigos;
  - (b) a ação prosseguirá, normalmente, pois alteração na estrutura jurídica da empresa não afeta os direitos adquiridos por seus empregados;
  - (c) processo será extinto, sem julgamento do mérito, devendo o empregado propor nova

- ação contra os sócios antigos;
- (d) a ação prosseguirá, mas somente podendo a execução alcançar os bens dos sócios antigos.

53. Uma fábrica de cerveja, além do salário em dinheiro, fornecia, habitualmente, a seus empregados alimentação e vestuário, como prestações *in natura* ou utilidades. Com a alimentação, os empregados recebiam um litro de cerveja, por semana. Em se tratando de bebida alcoólica:

- (a) integra a prestação *in natura* e seu valor deve ser considerado para todos os efeitos legais;
- (b) não integra o salário por ser utilidade fornecida apenas para possibilitar o exercício do trabalho;
- (c) integra o salário por constituir contraprestação dos serviços prestados;
- (d) não pode ser considerada utilidade salarial por não se permitir, em caso algum, o pagamento com bebidas alcoólicas ou drogas nocivas.

54. Em dada empresa de transporte coletivo, foi celebrado contrato com os motoristas, contendo cláusula permissiva de desconto nos salários por danos causados aos veículos por eles conduzidos. Esse ajuste:

- (a) não é válido porque não conformado em negociação coletiva;
- (b) é válido, com relação aos danos causados por culpa do empregado, porque o eventual desconto resultaria de acordo individual;
- (c) não é válido porque os danos sofridos pelo empregador constituem risco da atividade econômica;
- (d) é válido, em parte, alcançando apenas os danos causados dolosamente.

55. Dado empregado, por motivo de enfermidade, teve o contrato suspenso por um ano. Durante o afastamento, o empregador concedeu a todos os empregados da empresa um aumento geral de salários, à base de 10%. Ao retornar ao serviço:

- (a) empregado afastado não é beneficiário desse aumento, pois não prestou serviços no período da concessão;
- (b) é beneficiário, pois ao empregado afastado do emprego são asseguradas, por ocasião de sua volta, todas as vantagens que, na sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertencia na empresa;
- (c) apenas terá direito após trabalhar por período igual ao do afastamento;
- (d) terá direito ao aumento somente se não usufruiu, durante o afastamento, de benefício previdenciário.

56. Certa empresa, inserida em atividade de representação comercial, possuía 90% de

empregados da categoria de vendedores comissionistas. Estipulou no contrato de trabalho o pagamento de comissões apenas quando ultimados os negócios intermediados pelos vendedores. Em razão disso, o pagamento das comissões era feita, em média, de 45 em 45 dias. Contudo, essa periodicidade, foi estendida aos demais empregados não comissionistas, retribuídos com importância fixa mensal. Em relação a estes últimos:

- (a) era lícito o pagamento de salários a cada 45 dias, pois decorrente de cláusula do contrato;
- (b) não era lícito porque não previsto em negociação coletiva;
- (c) não era lícito porque o salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não pode ser estipulado por período superior a um mês;
- (d) era lícito porque a atividade principal da empresa envolvia uma maioria de comissionistas para quem a lei abre exceção.

57. Dado empregado foi eleito para cargo de administração de sindicato com base territorial restrita ao município (presidência da entidade), com mandato de 3 anos. Após 10 meses, solicitou ele ao seu empregador a transferência para outro Estado da federação, mudando de residência e domicílio. Um ano e meio depois da transferência, foi dispensado do emprego por ato unilateral e imotivado do empregador. Esse despedimento:

- (a) infringe a garantia de emprego dos exercentes de cargo de administração sindical;
- (b) infringe a garantia de emprego, pois, nesse caso, o empregador apenas poderia determinar ao empregado o retorno ao local de origem, ocupado antes da transferência;
- (c) não infringe a garantia, pois o líder sindical pode ser dispensado do emprego sem justa causa depois de 12 meses de trabalho;
- (d) é lícito, pois o sindicalista perde o mandato se for transferido para local distinto da base sindical, sendo a transferência por ele solicitada ou voluntariamente aceita.

58. Certo empregado foi contratado em São Paulo, SP, prestando serviços somente nesta Capital. Celebrou contrato com cláusula que elegia o foro de Belo Horizonte, MG, local da sede da empresa empregadora, como competente para dirimir pendências acerca do vínculo empregatício. Posteriormente, propôs ele ação trabalhista contra o empregador, fazendo-o perante uma das Varas do Trabalho de São Paulo, SP. Na defesa que apresentou, a empresa opôs exceção de incompetência, apontando o foro de eleição como o destinatário da demanda. Essa exceção:

- (a) deverá ser acolhida, pois as partes elegeram em contrato outro foro para a questão;
- (b) deverá ser acolhida, pois no processo trabalhista o foro competente é sempre o da sede da empresa acionada;
- (c) deverá ser rejeitada, pois a competência, no processo trabalhista, é determinada pela localidade onde o empregado prestar serviços ou no foro da celebração do contrato, em se tratando de empregador que promova realização de atividades em diversas comarcas;
- (d) não pode ser acolhida, pois tanto o foro da sede da empresa, quanto o do local do contrato são competentes.

59. Uma sentença proferida por Vara do Trabalho passou em julgado. O juiz promoveu a execução de ofício e ao fazê-lo verificou ter havido evidentes enganos de cálculos nas parcelas objeto da condenação. Proferiu despacho, corrigindo-os *ex officio*. Esse procedimento:

- (a) está incorreto porque só a parte pode promover a execução;
- (b) está incorreto porque cabia à parte interessada, no momento oportuno, utilizar-se de embargos declaratórios, não podendo a coisa julgada ser modificada;
- (c) está correto porque existindo na decisão evidentes erros de cálculo, de escrita e de digitação, poderão os mesmos ser corrigidos de ofício antes da execução;
- (d) está correto porque os direitos trabalhistas sempre devem ser preservados.

60. Os embargos de declaração, no processo do trabalho:

- (a) não podem dar margem à modificação da sentença ou do acórdão;
- (b) podem ocasionar a modificação do julgado apenas quando houver omissão do julgado;
- (c) somente são cabíveis se houver manifesto erro de escrita, de datilografia ou de conta na decisão;
- (d) admitem efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco nos pressupostos extrínsecos do recurso.

61. Sobrevindo a falência da empresa no curso do processo, este:

- (a) prossegue normalmente, com as mesmas partes, até o trânsito em julgado;
- (b) prossegue normalmente, agora contra a massa falida;
- (c) prossegue normalmente, agora contra os dirigentes da empresa falida;
- (d) extingue-se pela dissolução da empresa ré.

62. Determinada empresa pagou aos seus empregados, na forma da lei, durante cinco anos consecutivos, participação nos lucros apurados anualmente. A partir do sexto ano resolveu não mais conceder a vantagem. Essa decisão empresarial:

- (a) é ilícita porque o pagamento da participação nos lucros durante cinco anos consecutivos configura habitualidade, constituindo vantagem salarial;
- (b) é lícita porque a participação nos lucros é desvinculada dos salários;
- (c) é ilícita porque importa em redução salarial vedada pelo art. 7º, inciso VI, da Constituição e art. 468, da Consolidação;
- (d) N.D.A..

63. Para admitir-se a cumulação, em um só processo, de várias reclamações de empregados distintos é necessário:

- (a) quando houver identidade de matéria e tratar-se de empregados da mesma empresa ou estabelecimento;

- (b) tratar-se de empregados da mesma empresa, haja ou não identidade de matéria;
- (c) somente quando os empregados trabalharem na mesma localidade;
- (d) sempre que o objeto do pedido for igual para todos, independentemente de serem ou não empregados da mesma empresa ou estabelecimento.

64. No processo do trabalho, eventual omissão do juiz em formular proposta de conciliação:

- (a) importa nulidade do processo a partir da audiência em que a proposta deveria ser sido formulada;
- (b) pode ser suprida através de embargos de declaração;
- (c) só é causa de nulidade se a parte vencida alegar que pretendia fazer acordo;
- (d) não tem consequência no processo porque não há nulidade sem prejuízo para as partes.

65. No processo do trabalho o prazo para a interposição do recurso ordinário é de:

- (a) oito dias contados da intimação da decisão;
- (b) quinze dias contados da data do julgamento, em qualquer hipótese;
- (c) dez dias contados da intimação da decisão, se outro prazo não for fixado pelo juiz;
- (d) cinco dias contados da intimação da decisão, mas apenas nas reclamações sujeitas a rito sumaríssimo.

### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

66. Indique entre as entidades abaixo, da Administração Pública Federal Indireta, as que são dotadas de personalidade jurídica de Direito Público

- (a) Autarquias
- (b) Empresas Públicas
- (c) Sociedades de Economia Mista
- (d) N.D.A.

67. O ato do Congresso nacional que susta contratos irregulares classifica-se como:

- (a) Ato de controle administrativo
- (b) Ato de controle financeiro
- (c) Ato de controle político
- (d) Ato de controle nacional

68. O disciplinamento e a imposição de restrições a determinadas liberdades individuais, pela Administração Pública, constitui:

- (a) Poder complexo
- (b) Poder regulamentar heterogêneo
- (c) Poder de polícia
- (d) Poder vinculado

69. A Teoria da Responsabilidade Objetiva do Estado:

- (a) Só é admitida se não houver culpa recíproca
- (b) Depende da comprovação de dolo ou culpa do servidor
- (c) Está amparada pela Teoria da Responsabilidade subjetiva do Estado
- (d) Consiste em que o Estado responde por danos causados por seus agentes independentemente de anterior prova de dolo ou culpa desses agentes

70. A delegação de um serviço público da competência de determinado órgão do Estado, a particulares, mediante contrato administrativo, constitui:

- (a) Reafetação temporária
- (b) Permissão
- (c) Autorização
- (d) Concessão

71. O servidor público responde, por seus atos, perante a Administração Pública, de acordo com a:

- (a) Teoria da culpa subjetiva
- (b) Teoria da culpa objetiva
- (c) Teoria do risco administrativo
- (d) N.D.A.

72. Na Teoria dos Motivos Determinantes

- (a) A lei disciplina todos os motivos administrativos
- (b) A Administração não atende a motivos que não sejam determinados
- (c) A Administração deve vincular o ato aos motivos que justificaram sua edição
- (d) A Administração deve motivar todos os seus atos

73. A estabilidade do servidor público, consoante a Constituição Federal:

- (a) Não impede a perda do cargo de servidor estável se houver excesso de despesa com pessoal ativo
- (b) É adquirida após três anos de efetivo exercício, por servidores nomeados para qualquer cargo público.
- (c) É adquirida após cinco anos, por servidores nomeados para cargo efetivo ou em comissão
- (d) N.D.A

74. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável:

- (a) Ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu aproveitamento em outro cargo
- (b) Ficará em disponibilidade, com o menor salário de sua categoria funcional, até que outro órgão o admita
- (c) Será dispensado compulsoriamente, pelo plano de demissão(PDV)
- (d) Será remunerado de acordo com os vencimentos médios de sua categoria funcional, por

no máximo três anos, e reconduzido após esse prazo a qualquer cargo de mesma hierarquia

75. Durante a execução de obra pública surgiu a necessidade de realizar pequena obra complementar e essencial, com o pessoal, material e equipamentos existentes na obra. O correto, nesse caso, para a Administração Pública, é promover:

- (a) Novo contrato, mediante nova licitação
- (b) Aditamento ao contrato administrativo preexistente
- (c) Dispensa do pessoal, rescisão do contrato, nova avaliação de custos e abertura de processo licitatório de que não participe a mesma empresa que realizou a obra principal
- (d) Rescindir o contrato e não realizar a obra, em vista da Teoria da Imprevisão

### **DIREITO TRIBUTÁRIO**

76. Uma lei editada pelo importante Município paraibano de Cajazeiras, publicada no Diário Oficial de 26 de novembro de 2001, alterando as alíquotas do IPTU, passando a ser progressivas, em função da localização e do valor do imóvel, nos termos do art. 156 - CF, silencia quanto a sua entrada em vigor. Nos termos da Lei Maior do País, tal imposto deverá ser exigido, na forma alterada:

- (a) 45 dias após a publicação da lei.
- (b) 90 dias após a publicação da lei.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2002.
- (d) 1 (um) ano após a publicação da lei.

77. Analise as alternativas a seguir, assinalando a correta:

- (a) Os templos de qualquer culto não pagam ITBI - Imposto sobre a Transmissão *Inter Vivos* sobre a aquisição de terreno destinado à edificação da respectiva igreja em virtude de isenção.
- (b) Os Sindicatos representativos do setor patronal não pagam IPTU, incidente sobre os imóveis de sua propriedade em virtude de imunidade.
- (c) As entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei, não pagam contribuição para a seguridade social em virtude de imunidade.
- (d) Os veículos pertencentes ao Corpo Diplomático acreditado no Brasil não estão sujeitos ao IPVA, em virtude de imunidade.

78. Dentre as alternativas a seguir assinale aquela em que estão dois impostos que o Poder Executivo pode, nos termos e limites fixadas em lei, alterar suas alíquotas, por ato administrativo:

- (a) IPTU, ISS, ITBI, ICMS.
- (b) ITR, IR, IPVA, ICMS.
- (c) IOF, IPI ITR, IR.
- (d) IEG - Imposto Extraordinário em Caso de Guerra Externa, ITR, IPTU, IPVA.

79. Assinale a alternativa em que se encontram os impostos cujas receitas não são repartidas com outros entes federados:

- (a) IPVA, ICMS, ITCMD - Imposto Sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos.
- (b) II, IE, ITCMD - Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos.
- (c) ITR, IR, ITCMD - Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos.
- (d) IOF, IPI, ITR.

80. De acordo com o CTN, a competência tributária é indelegável, salvo:

- (a) Quando autorizada pelo Poder Executivo competente.
- (b) A atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra.
- (c) Quando autorizada pelo ente que tem essa competência tributária.
- (d) A competência cumulativa, atribuída ao Distrito Federal.

81. Se uma lei nova deixar de definir determinado ato como infração tributária, ela:

- (a) Retroagirá a todos os casos ocorridos na vigência da lei revogada.
- (b) Retroagirá, tratando-se de ato não definitivamente julgado.
- (c) Em hipótese alguma retroagirá, uma vez que às leis tributárias não permitido tal mister.
- (d) Produzirá efeitos apenas para o futuro, em virtude do Princípio da Irretroatividade, previsto no art. 150, III, a CF.

82. De acordo com o CTN, a legislação tributária é interpretada literalmente quando disponha sobre:

- (a) Remissão.
- (b) Transação.
- (c) Compensação.
- (d) Isenção.

83. GERIVÂNCIO DE ABRIL, na condição de pessoa física, adquiriu de AGRIPINO FILOMENO a empresa GRANDE CAJAZEIRAS ATACADÃO DAS RAPADURAS e continuou a explorá-la, cessando ao vendedor toda atividade empresarial. Quanto aos tributos relativos ao estabelecimento, devidos até a data da aquisição, o adquirente:

- (a) Não responde por eles.
- (b) Responde somente pelos tributos devidos no mês da venda da empresa.
- (c) Responde somente pelos tributos devidos no último ano.

- (d) Responde integralmente pelos tributos devidos até a data do ato da venda.
84. As seguintes modalidades de extinção do crédito tributário dependem de autorização legal:
- (a) Prescrição, Decadência e Transação.
  - (b) Pagamento, Remissão, Prescrição.
  - (c) Pagamento, Prescrição e Decadência.
  - (d) Compensação, Transação e Remissão.
85. A presunção de certeza e liquidez da dívida ativa tributária, regularmente inscrita é:
- (a) *Juris Tantum*.
  - (b) *Juris et de Jure*.
  - (c) Absoluta.
  - (d) Não pode ser ilidida por qualquer espécie de prova.

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

86. Não depende de sanção do Presidente da República a disposição do Congresso Nacional sobre:
- (a) modificação do efetivo das Forças Armadas;
  - (b) convocação de plebiscito;
  - (c) concessão de anistia;
  - (d) criação de Ministérios.
87. Territórios Federais, segundo o texto constitucional vigente:
- (a) não estão previstos;
  - (b) elegerão senadores;
  - (c) elegerão deputados;
  - (d) não integram a União.
88. Tratando-se de imunidade parlamentar, é correto afirmar que:
- (a) inviolabilidade é sinônimo de imunidade formal;
  - (b) imunidade material abrange qualquer crime;
  - (c) a imunidade material se restringe a opiniões, palavras e votos proferidos da tribuna parlamentar;
  - (d) deputado ou senador investido em cargo de Ministro de Estado não goza de imunidade processual.
89. A perda de mandato de senador, condenado, com decisão transitada em julgado, por corrupção passiva praticada quando era prefeito:
- (a) não pode ocorrer, por se tratar de fato anterior ao exercício do mandato de senador;
  - (b) é declarada automaticamente pelo Presidente do Senado Federal;
  - (c) depende do voto da maioria absoluta dos senadores, sem votação secreta;
  - (d) depende do voto de 2/3 dos senadores, em votação aberta.

90. Lei municipal, reputada inconstitucional em face de norma da Constituição Estadual que, por sua vez, é cópia literal de norma da Constituição Federal, pode ser objeto de declaração judicial de inconstitucionalidade, em sede de controle concentrado, pelo:

- (a) Supremo Tribunal Federal;
- (b) Superior Tribunal de Justiça;
- (c) Tribunal de Justiça do Estado a que pertence o Município;
- (d) Tribunal Regional Federal com jurisdição sobre o Estado a que pertence o Município.

91. O Procurador-Geral do Trabalho, Chefe do Ministério Público do Trabalho, é nomeado pelo:

- (a) Presidente da República;
- (b) Procurador-Geral da República;
- (c) Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.
- (d) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

92. Não é constitucionalmente garantida a inamovibilidade aos:

- (a) defensores públicos da União;
- (b) defensores públicos do Distrito Federal;
- (c) procuradores da República;
- (d) procuradores dos Estados.

93. Em face do texto constitucional em vigor, é correto afirmar que:

- (a) compete exclusivamente ao Banco Central do Brasil exercer a competência da União para emitir moeda;
- (b) as disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco do Brasil;
- (c) Distrito Federal é a Capital Federal;
- (d) a criação de municípios pode ser feita, a qualquer tempo, desde que por lei estadual.

94. Pode ser expedida medida provisória que verse sobre:

- (a) regulamentação de exploração de serviços estaduais de gás encanado;
- (b) direito processual civil;
- (c) direito eleitoral;
- (d) instituição de imposto.

95. De acordo com a Constituição Federal vigente, é correto afirmar que:

- (a) todos os débitos da Fazenda Pública, decorrentes de sentença judiciária transitada em julgado, são pagos mediante expedição de precatórios;
- (b) não têm caráter alimentar as indenizações por morte, fixadas em sentença transitada em julgado, contra a União, por acidente de trânsito provocado por viatura oficial;
- (c) os débitos da Fazenda Pública, decorrentes de sentença judiciária transitada em julgado em dezembro de 2000, quando não forem de natureza alimentar ou legalmente considerados de pequeno valor, podem ser pagos em prestações anuais, no prazo de dez anos;
- (d) os débitos da Fazenda Pública, decorrentes de sentença judiciária transitada em

julgado em dezembro de 2000, quando não forem de natureza alimentar ou legalmente considerados de pequeno valor, podem ser pagos em prestações mensais, no prazo de dois anos.

96. No âmbito do Poder Judiciário:

- (a) acesso de juiz de direito a desembargador é feito pelo próprio Tribunal de Justiça, sem necessidade de lista tríplice para que o Governador do Estado escolha o novo desembargador;
- (b) a inamovibilidade do juiz é absoluta;
- (c) não há hipótese de obrigação de promover magistrado;
- (d) a maioria dos desembargadores de Tribunal de Justiça pode recusar promoção, por antigüidade, de juiz de direito.

97. Vereador de município com mais de dez mil (10.000) habitantes pode ter subsídio máximo correspondente a:

- (a) 30% do subsídio do prefeito;
- (b) 30% do subsídio de deputado estadual;
- (c) 20% do subsídio de deputado federal;
- (d) 40% do subsídio de vereador da Capital do Estado.

98. Ocupante do cargo efetivo de Procurador do Estado que assume o cargo de prefeito municipal:

- (a) deve se exonerar do cargo de Procurador do Estado, ou se aposentar;
- (b) afasta-se do cargo de Procurador do Estado, apenas se não houver compatibilidade de horário para exercer ambos os cargos;
- (c) pode optar pela remuneração de um ou de outro cargo;
- (d) pode acumular a remuneração de ambos os cargos, se exerce ambos, em virtude da compatibilidade de horário.

99. Tratando de cargo público, é correto afirmar que:

- (a) a aprovação em concurso público gera direito à nomeação, se houver cargo vago;
- (b) todo servidor público adquire estabilidade após três anos de efetivo exercício;
- (c) ascensão funcional, readmissão e disponibilidade são formas de provimento de cargo público constitucionalmente vedadas;
- (d) magistrado, após dois anos de exercício, pode perder o cargo somente em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

100. Somente por meio de Emenda Constitucional federal pode ser alterado o número de Ministros ou de Juízes

- (a) do Superior Tribunal Militar;
- (b) de Tribunal de Justiça;
- (c) do Superior Tribunal de Justiça;

(d) de Tribunal Regional Federal.

]

ARQUIVO 2089 GABARITO III EXAME 2001

QUESTÃO	RESPOSTA
1	C
2	D
3	D
4	A
5	B
6	B
7	A
8	C
9	B
10	C
11	C
12	D
13	D
14	B
15	D
16	A
17	C
18	C
19	A
20	D
21	C
22	D
23	A
24	A
25	D
26	ANULADA
27	A
28	D
29	B
30	A
31	B

QUESTÃO	RESPOSTA
51	A
52	B
53	D
54	B
55	B
56	C
57	D
58	C
59	C
60	ANULADA
61	ANULADA
62	B
63	A
64	A
65	A
66	A
67	B
68	C
69	D
70	ANULADA
71	A
72	C
73	A
74	A
75	B
76	C
77	C
78	C
79	B
80	B
81	B

<b>32</b>	<b>B</b>
<b>33</b>	<b>A</b>
<b>34</b>	<b>B</b>
<b>35</b>	<b>B</b>
<b>36</b>	<b>D</b>
<b>37</b>	<b>C</b>
<b>38</b>	<b>D</b>
<b>39</b>	<b>C</b>
<b>40</b>	<b>B</b>
<b>41</b>	<b>B</b>
<b>42</b>	<b>C</b>
<b>43</b>	<b>A</b>
<b>44</b>	<b>B</b>
<b>45</b>	<b>A</b>
<b>46</b>	<b>A</b>
<b>47</b>	<b>D</b>
<b>48</b>	<b>B</b>
<b>49</b>	<b>A</b>
<b>50</b>	<b>B</b>

<b>82</b>	<b>D</b>
<b>83</b>	<b>D</b>
<b>84</b>	<b>D</b>
<b>85</b>	<b>A</b>
<b>86</b>	<b>B</b>
<b>87</b>	<b>C</b>
<b>88</b>	<b>D</b>
<b>89</b>	<b>ANULADA</b>
<b>90</b>	<b>C</b>
<b>91</b>	<b>B</b>
<b>92</b>	<b>D</b>
<b>93</b>	<b>A</b>
<b>94</b>	<b>D</b>
<b>95</b>	<b>C</b>
<b>96</b>	<b>A</b>
<b>97</b>	<b>B</b>
<b>98</b>	<b>C</b>
<b>99</b>	<b>D</b>
<b>100</b>	<b>A</b>